

Carta de Manaus por uma saúde integral aos povos indígenas

Carta produzida durante o IV Congresso de Saúde Mental, realizado entre os dias 4 e 7 de setembro de 2014. A carta obteve a aprovação de instituições vinculadas aos profissionais de saúde e associações indígenas e foi nominalmente assinada por mais de cem participantes do evento. A leitura pública da carta foi realizada no dia 7 de setembro de 2014 e o documento foi aprovado por unanimidade pela assembleia da ABRASME (Associação Brasileira de Saúde Mental):

Carta de Manaus, por uma saúde integral aos povos indígenas: Carta aberta com recomendações para a promoção da saúde indígena integral, com propostas elaboradas no IV Congresso Brasileiro de Saúde Mental.

Prezados(as) senhores(as),

Como resultado das trocas de experiências e conhecimentos entre e indígenas e profissionais de saúde distribuídos em diversos estados e municípios de todo o país, preocupados com o oferecimento de uma atenção integral à saúde indígena, foi produzida esta carta, durante o IV Congresso Brasileiro de Saúde Mental. Este documento apresenta recomendações consensuais no sentido da efetivação da legislação brasileira, visando a melhoria das práticas inter étnicas de promoção de saúde:

- 1) É de fundamental importância primar pelo conhecimento e reconhecimento das diferentes cosmovisões e práticas que expressam distintos significados a respeito dos processos de adoecimento e promoção de saúde, pertinentes aos mais de 305 povos indígenas que vivem no Brasil;
- 2) Para que as ações de saúde mental e bem viver aconteçam, o profissional deve ser capaz de ouvir as demandas, estimular a mobilização da comunidade para buscar uma compreensão mais profunda e consensual a respeito das causas geradoras dos problemas percebidos e elaborar conjuntamente os caminhos que possam levar às formas de tratamento, que considerem as cosmovisões e práticas dos povos;
- 3) É relevante compreender que o fortalecimento da cultura e o envolvimento das comunidades nas práticas do bem-viver são em si-mesmo, práticas promotoras da saúde mental;
- 4) É necessário que o sistema de saúde integre no seu quadro de cuidadores os mestres, anciões, curandeiros, parteiras, pajés, xamãs, rezadores, curandeiros,

benzedores e outros atores que detêm os saberes tradicionais, oferecendo as condições necessárias para que promovam tais práticas de saúde junto às comunidades;

5) Para que seja dado um tratamento diferenciado adequado, é preciso que o profissional não ocupe o lugar de detentor absoluto do conhecimento, mas que antes conheça e aprenda, compreenda e respeite as distintas cosmovisões e práticas dos povos indígenas, recebendo dos mais velhos e lideranças, orientações quanto às formas de enfrentamento dos problemas, organização do povo e as condutas esperadas para que a cultura seja respeitada;

6) Para tanto, é relevante que o trabalho seja feito em consonância com o entendimento e participação das lideranças e dos mais velhos, que deverão se aliar na mediação das práticas de cuidado em saúde, que envolvem, necessariamente, a alimentação, a espiritualidade, a relação com a terra e com a floresta, as diversas práticas culturais tradicionais e suas perspectivas de futuro;

7) Restou demonstrado que a formação de parcerias e articulações junto às diferentes instituições permite um cuidado mais amplo, capaz de oferecer a atenção integral às necessidades de saúde das populações indígenas.

Percebemos que grande parte das vulnerabilidades psicossociais que atingem os povos indígenas é consequência das formas de marginalização e conflito que envolvem a luta pela terra, a invisibilização dos povos, o preconceito e o questionamento da identidade indígena no mundo contemporâneo. Nenhuma perspectiva de futuro do ser indígena é possível quando não conseguem deter nos seus territórios, os costumes e práticas sustentáveis. Tais costumes e práticas devem ser as referências para o pleno exercício da capacidade dos povos para gerirem os processos de educação, promoção da saúde, economia, alimentação, apropriação de saberes e escolhas quanto ao que pretendem construir para as futuras gerações.

Em consulta aos povos indígenas presentes, foi enfatizada a necessidade de efetivação e cumprimento das leis que determinam o respeito à diversidade cultural indígena, pois a realidade ainda se mostra muito distante disso.

Manaus, 06 de setembro de 2014.